

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/TV Câmara



“Era o que podia fazer”, diz ex-presidente do SR Prev

“Poucos fariam o que eu fiz”, diz Vanderlei Massarioli à CPI

O ex-diretor-presidente do São Roque Prev, Vanderlei Massarioli, prestou depoimento à CPI do Banco Master na Câmara de São Roque. Durante a oitiva, ele afirmou que “era o que podia fazer” ao justificar decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo sem o número mínimo de participantes exigido por lei. Massarioli também declarou que o instituto “foi vítima da falta de atenção de órgãos superiores”. Questionado sobre a alteração de uma ata relacionada ao investimento de R\$ 93 milhões no Master, disse não se lembrar de ter entregue o documento a uma servidora que o assinou antes mesmo de sua contratação. O ex-presidente ainda afirmou ter certeza de que realizou “um grande trabalho” à frente do instituto.

R\$ 72 mi para marginais é questionado

A vereadora Fabi Virgílio (PT) protocolou requerimento pedindo informações à Prefeitura de Araraquara sobre os R\$ 72 milhões anunciados pelo governador Tarcísio de Freitas para a construção das marginais do Ribeirão das Cruzes. A parlamentar solicita acesso ao projeto, cronograma, orçamento e esclarecimentos sobre eventuais desapropriações e contrapartidas do município para viabilizar a obra.

Divulgação Câmara de Piracicaba



Vereador requer comprovantes mensais de pagamentos

Falta de pagamento abre requerimento

A Câmara de Sorocaba aprovou requerimento do vereador André Bandeira que cobra explicações da Prefeitura sobre os repasses ao consórcio responsável por fornecer médicos à rede pública. O pedido foi motivado por um vídeo em que um profissional relata falta de pagamento. O parlamentar questiona a fiscalização dos contratos, os pagamentos aos médicos terceirizados e solicita documentos que comprovem os repasses. A Secretaria de Saúde já divulgou nota afirmando que não há atraso nos pagamentos dos serviços médicos contratados.

Subsídio para o transporte coletivo

A Câmara de Bauru aprovou projeto que amplia o subsídio ao transporte coletivo urbano, elevando o repasse municipal para R\$ 1,25 por passageiro. A proposta foi aprovada por 11 votos a 8 e busca manter a tarifa em R\$ 5,75. Durante a votação, vereadores cobraram mais transparência e questionaram a falta de estudos técnicos que justificassem o aumento.

Nova interdição

A Prefeitura de Limeira instalou uma nova placa informativa na região da Ponte do Esqueleto para reforçar a proibição de acesso e alertar sobre os riscos. A medida faz parte das ações de segurança adotadas após a tragédia registrada no local. Segundo o município, a área pertence à União.

Lotes sociais

Sorocaba publicou uma nova legislação que atualiza as regras dos lotes sociais no município. A norma amplia os critérios para acesso ao programa, prioriza famílias em situação de vulnerabilidade e define áreas onde os empreendimentos não poderão ser implantados. As mudanças buscam aperfeiçoar a política habitacional.

Volta por cima

A Câmara de Piracicaba aprovou, em primeira discussão, projeto da vereadora Rai de Almeida que cria o Programa de Reconstrução Dentária para Mulheres Vítimas de Violência. A proposta prevê atendimento odontológico especializado para auxiliar na recuperação física, emocional e da autoestima das vítimas.

Prioridades

Em Atibaia, o vereador Takao Ikeda apresentou projeto que garante prioridade a mulheres vítimas de violência em cursos de formação, capacitação e qualificação profissional oferecidos pela Prefeitura. A proposta reserva até 20% das vagas e busca promover autonomia financeira e ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Câmara Parceira

A Câmara de Araras foi ganhadora pelo terceiro ano consecutivo com o prêmio Câmara Parceira da Juventude. A homenagem reconhece ações desenvolvidas pela Escola Legislativa junto aos jovens, por meio de projetos como Câmara Mirim e Câmara Jovem. A entrega ocorreu durante o Conexidades, em Campos do Jordão.

Viaturas elétricas

São Carlos aprovou projeto que viabiliza a utilização de recursos destinados à compra de novas viaturas elétricas para a Guarda Municipal. O investimento foi obtido por meio de emenda parlamentar do deputado federal Kim Kataguirí, articulada pelo vereador Bruno Zancheta (Republicanos).



Comunicado da FAC São Roque surpreendeu estudantes

Encerramento da FAC São Roque gera incertezas

Direção e Prefeitura divergem sobre motivos do fechamento

Por Raphaela Cordeiro

Após cerca de 30 anos de atuação em São Roque, a FAC São Roque anunciou o encerramento das atividades no município. Em comunicado enviado aos estudantes, a direção atribuiu a decisão a dificuldades financeiras e à falta de acordo com a Prefeitura sobre a permanência no imóvel onde a faculdade funciona. O município, por sua vez, contesta a versão e afirma que a decisão foi tomada unilateralmente pela instituição.

A notícia foi recebida com surpresa por centenas de alunos, que foram informados por meio de grupos de mensagens. Segundo relatos encaminhados ao Correio da Manhã, os estudantes poderão optar pela transferência para a unidade Memorial da Uninove, na Barra Funda, em São Paulo, ou solicitar a documentação para buscar outra instituição.

Uma aluna que preferiu não se identificar afirmou que a comunicação ocorreu de forma repentina. “Recebemos a informação de forma abrupta. Tem alunos de Mairinque, Alumínio, Ibiúna, Cotia e São Roque. Muita gente ficou perdida e aflita”, relatou. Segundo ela, a principal preocupação é o impacto da mudança na rotina dos estudantes, que defendem alternativas mais próximas da região.

À imprensa local, o diretor da unidade, Ricardo Rios,

afirmou que a permanência da faculdade na cidade se tornou inviável. “Infelizmente tive que encerrar todas as atividades do Centro Universitário. Todos os professores e coordenadores foram dispensados. Ficou inviável financeiramente permanecer em São Roque. As tratativas com a prefeitura em relação ao aluguel não deram certo e nem fomos recebidos pelo prefeito”, declarou.

Em nota ao Correio da Manhã, a Prefeitura rebateu as declarações. Segundo a administração, o contrato que autorizava a utilização do imóvel foi encerrado em janeiro de 2025. O município afirma que realizou reuniões com representantes da instituição e solicitou contraproposta para renovação, mas não recebeu manifestação formal da faculdade.

A Prefeitura também informou que, mesmo sem receber pagamentos relacionados à ocupação do imóvel por cerca de um ano e meio, não adotou medidas de despejo para evitar prejuízos aos estudantes. Segundo a nota, a decisão de encerrar as atividades foi tomada exclusivamente pela instituição.

O município ainda negou rumores sobre uma suposta venda ou leilão do prédio e informou que o Procon está à disposição para orientar os alunos sobre seus direitos. A reportagem do Correio da Manhã entrou em contato com o Grupo Uninove e aguarda posicionamento sobre o caso.